

Eduardo Giannetti**“Se a teimosia continuar, vamos nos transformar numa nova Argentina”****Conselheiro econômico da candidatura de Marina Silva diz que descontrole fiscal, intervencionismo e tributos levam país à recessão**

FABRÍCIO SANTOS/ADEMI

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

Com gastos públicos que chegam a 40% do PIB, o Brasil vive um cenário de baixo crescimento e de incertezas que poderão levar a nação a tornar-se uma nova Argentina, caso a presidente Dilma Rousseff não tome medidas severas para reformar a política econômica do país no próximo mandato. Essa é a visão do economista e cientista político Eduardo Giannetti, que esteve ontem em Vitória participando da Semana Imobiliária, organizada pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado.

Responsável pela área econômica do programa da então candidata à Presidência Marina Silva, o especialista fez duras críticas à atual gestão do governo, mostrando como a alta carga tributária, o descontrole fiscal do governo e as atitudes intervencionistas têm feito o país caminhar rumo à recessão.

Perspectivas

Diante do atual cenário, vejo duas possibilidades para o próximo governo da Dilma. A primeira seria a de uma “curva” de aprendizado, com o governo reconhecendo seus equívocos, mesmo que não seja de forma aberta. Existem evidências que nos levam a crer que a Dilma tomará o rumo dos acertos. Tudo vai depender dos nomes que serão escolhidos para comandar o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Mas temos uma outra possibilidade pessimista. O atual ministro da Fazenda, Guido Mantega,

disse há poucos dias que o governo deve levar a política econômica até as últimas consequências. Se isso significar a permanência do modelo atual, podemos dizer que haverá fuga de capital do país. Se a teimosia continuar, vamos nos transformar numa nova Argentina, ao ponto de manipular dados e de mexer com indicadores econômicos.

Recessão

Temos um cenário econômico de reversão da expectativa. Entre 2003 e 2010, o país crescia em média 4% ao ano, caminhava para a redução da desigualdade social e entrou no mapa do consumo mundial. Nos últimos quatro anos, o momento é de frustração e de desarranjo profundo. Estamos numa recessão técnica, com crescimento previsto de 0,3%. Podemos dizer que em toda a história do Brasil republicano só houve dois governos com crescimento tão ruins: Floriano Peixoto e Fernando Collor.

Inflação

A inflação é um dos principais problemas que o país vive hoje. O Brasil tem como centro da meta o índice de 4,5%, indicador tolerante e generoso. Mas não respeitamos. Deixamos a inflação se acomodar no teto da meta. E para que o índice não ficasse mais alto, alguns preços foram represados, como de combustível, energia e transporte público.

Legado da economia

A primeira influência para o baixo crescimento da economia vem de fatores ex-

“
O legado econômico é complicado. Estou confortável em dizer que será bom ver quem criou o problema, enfrentá-lo”

ternos. O mundo vinha trabalhando a nosso favor. Os preços das commodities vendidas pelo Brasil estavam mais altos do que os produtos que eram importados por nós, permitindo ao país acumular reservas cambiais. Com a redução da taxa de juros nos Estados Unidos, também passamos a ser alvo de investimentos estrangeiros. Porém, não estávamos preparados para uma reversão no cenário mundial. A China passou a crescer menos, comprando menos do Brasil. Com a recuperação dos Estados Unidos, os investidores voltaram para o seu país de origem. Como diz Warren Buffett, só quando a maré baixa é que se pode ver quem está nadando nu. Não estávamos preparados. Fomos pegos de tanguinha ou coisa pior.

Gastos públicos

O fator externo foi decisivo, mas não o principal motivo para a piora da crise.



O ambiente estrutural doméstico, com descontrole das finanças públicas, pode-se dizer que é o fator essencial para esse cenário incerto. Em 1988, quando o país investia 3% do PIB, nossa carga tributária era de 24% do PIB. Hoje, investimentos apenas 2% do PIB, apesar de termos uma carga tributária de 36% e um gasto total de 40%. É um engano jogar a culpa dos altos gastos do governo no Bolsa-Família, que custa 0,05% do PIB. Além dos

gastos exagerados do governo com ele mesmo, temos ainda um problema na previdência social que hoje toma 12% do PIB, sendo necessária uma reforma urgente, com a criação de fundos de previdência complementar para a população, e a colocação de uma idade mínima para a aposentaria.

Equívocos

A piora da política econômica do país começou a ser vivenciada ao final do governo Lula e tornou-se forte

no primeiro mandato de Dilma, quando o país deixou de praticar superávit primário e de respeitar a autonomia do Banco Central. O governo passou a fazer jogos com o gasto fiscal, deixando pagamentos de um ano para outro. Também não temos um regime cambial definido e coerente. Houve um uso extravagante do BNDES, criando-se uma espécie de bolsa-empresário que consome 0,06% do PIB, volume ainda maior do que o Bolsa-Família.